



Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco KDB do Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Desempenho Financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco KDB do Brasil S.A. apresentou resultado de R\$ 41.611, evidenciando a continuidade do processo de recuperação dos prejuízos acumulados de anos anteriores, com melhora gradual dos resultados ao longo do período.

Visão Geral

O Banco KDB do Brasil S.A. (KDB Brasil) adota uma estratégia focada em eficiência operacional e maximização da rentabilidade, priorizando um portfólio com altas taxas de retorno ajustadas ao risco. A atuação é conservadora, voltada principalmente para empresas coreanas no Brasil e grandes corporações locais com forte atuação no comércio exterior.

Segmentos de Atuação

• Finanças Corporativas:

Ênfase em operações de Trade Finance (em dólar ou indexadas ao dólar). Relacionamentos sólidos com subsidiárias coreanas e grandes exportadoras nacionais com grau de investimento.

• Carry Trade:

Operações com arbitragem de taxas e câmbio.

• Custódia de Ativos:

Serviços voltados a clientes não-residentes.

Gestão de Risco e Perspectivas

O Banco KDB do Brasil S.A. projeta, para o exercício de 2026, a manutenção de um desempenho operacional sólido, sustentado pelo crescimento estável da carteira de crédito e pela priorização de operações com adequada relação risco-retorno. O cenário econômico observado ao longo de 2025, caracterizado por volatilidade moderada nos mercados internacionais, oscilações cambiais e manutenção de taxas de juros em patamares ainda restritivos, reforçou a importância da estratégia conservadora adotada pelo Banco. Essa postura contribuiu para a expansão consistente da carteira e para a superação das metas de rentabilidade estabelecidas, tendência que a Administração entende como sustentável para o próximo exercício. A carteira permanece concentrada em empresas exportadoras de grande porte, com histórico de crédito sólido e baixo nível de inadimplência. A gestão de risco segue como prioridade estratégica, com monitoramento contínuo das exposições e rigor nos critérios de concessão.

A política de hedge cambial será mantida, preservando o equilíbrio entre ativos indexados ao câmbio e captações externas, mitigando os impactos de variações cambiais sobre o balanço patrimonial e o resultado.

A Administração avalia que, mantidas as atuais condições de mercado e a disciplina na gestão de riscos, o Banco deverá apresentar mais um resultado positivo ao final de 2026, apoiado na eficiência operacional e no fortalecimento dos relacionamentos com empresas coreanas e brasileiras.

Política de Equidade e Indicadores de Gênero

Em atendimento ao disposto no §6º do art. 133, da Lei nº 6.404/1976, incluído pela Lei nº 15.177/2025, o Banco apresenta a seguir as informações relativas à política de equidade e aos indicadores de gênero referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Banco adota política de equidade baseada em critérios objetivos de contratação, desenvolvimento profissional, avaliação de desempenho e remuneração, assegurando igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. A progressão de carreira e a composição da remuneração observam requisitos técnicos, experiência profissional e desempenho individual, independentemente de gênero.

I - Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico

Em 31 de dezembro de 2025, o quadro funcional do Banco era composto por 31 colaboradores, dos quais 11 (35%) são mulheres, distribuídos da seguinte forma:

Nível Hierárquico	Total	Mulheres	% Mulheres
Diretoria	5	0	0%
Gerência e Coordenação	11	4	36%
Analista	15	7	47%

II - Mulheres na Administração

Administração do Banco, composta pela Diretoria Estatutária e pelo Conselho de Administração, é composta por 5 membros, não havendo participação feminina em sua composição.

III - Remuneração segregada por sexo

A remuneração fixa, variável e eventual relativa a cargos ou funções similares é definida com base em critérios objetivos, não havendo distinção de gênero.

Resumo comparativo (valores médios):

Cargo/Função Similar	Remuneração Média Masculina	Remuneração Média Feminina
Diretoria	R\$ 118	N/A
Gerência e Coordenação	R\$ 32	R\$ 31
Analista	R\$ 12	R\$ 9



Balanco Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	PASSIVO	Nota explicativa
Ativos Financeiros		Passivos Financeiros	
Disponibilidades	4	Ao custo amortizado	
Ao custo amortizado	4	Depósitos	12
1.181.170		Depósitos à vista	127.035
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	Depósitos interfinanceiros	84.659
139.185		Depósitos a prazo	1.305
Títulos e valores mobiliários	6.a	Obrigações por operações compromissadas	
545.098		Carteira própria	78.032
Carteira própria		Obrigações por empréstimos e repasses	
Carteira de crédito	8.a (i)	Empréstimos no exterior	13.a
516.149		Repasses do exterior	2.050.121
Operações de créditos		Ao valor justo por meio do resultado	
516.149		Instrumentos financeiros derivativos	7.a
Provisão para perda esperada		53.610	
(19.262)		Outros passivos financeiros	
Operações de créditos	8.c	Carteira de câmbio	14.a
(9.811)		130	
Títulos e valores mobiliários	6.c	Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	
(9.222)		1.830	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.b	1.830	
(229)		Obrigações fiscais	
Ao valor justo por meio do resultado		42.632	
6.922		Correntes	15
Instrumentos derivativos		Diferidas	10.b
6.922		38.304	
Instrumento financeiro derivativos	7.a	4.328	
6.922		Outros passivos	
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Sociais e estatutárias	17
1.747.757		518	
Títulos e valores mobiliários	6.a	Patrimônio líquido	
1.747.757		Capital social	21
1.617.866		Ajuste ao valor mercado - TVM e Derivativos	552.891
Vinculados a prestação de garantias		1.567	
129.891		Prejuízos acumulados	(26.465)
Outros ativos	9		
790		Total do passivo e patrimônio líquido	
Relações interfinanceiras		3.000.925	
2.922			
Relações interfinanceiras			
2.922			
Ativos fiscais	10.a		
52.123			
Diferidos			
52.123			
Imobilizado de uso	11.a		
4.291			
Outras imobilizações de uso			
4.291			
Intangível	11.b		
103			
Ativos intangíveis			
103			
Depreciações e amortizações			
(2.179)			
(Depreciações acumuladas)	11.a		
(2.081)			
(Amortização acumulada)	11.b		
(98)			
Total do ativo		Total do passivo e patrimônio líquido	
3.000.925		3.000.925	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o Exercício e Semestre Findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 30 de Junho 2025		552.891	643	(49.546)	503.988
MTM de títulos disponíveis para venda		—	924	—	924
Lucro líquido do semestre		—	—	23.081	23.081
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		552.891	1.567	(26.465)	527.993
Saldos em 31 de Dezembro 2024		552.891	(514)	(60.521)	491.856
Ajustes Resolução CMN nº 4.966/21	30	—	—	(7.555)	(7.555)
Saldos em 1º de janeiro de 2025		552.891	(514)	(68.076)	484.301
MTM de títulos disponíveis para venda		—	2.081	—	2.081
Lucro líquido do exercício		—	—	41.611	41.611
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		552.891	1.567	(26.465)	527.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco KDB do Brasil S.A. com sede em São Paulo, foi constituído em 7 de outubro de 2005, tendo obtido a autorização para funcionamento do Banco Central do Brasil em 18 de outubro de 2005, atua como banco múltiplo, realizando operações e serviços bancários por intermédio das carteiras comercial e de investimento, além da execução de operações no mercado de câmbio.

No contexto operacional atual, o banco tem adotado uma estratégia voltada à reversão dos prejuízos acumulados, com foco na melhoria do desempenho operacional e no aumento da rentabilidade de suas operações. Nesse contexto, foram implementadas medidas voltadas à otimização da estrutura de custos, aprimoramento dos processos internos e readequação do portfólio de operações, priorizando negócios com melhor retorno ajustado ao risco.

Essas ações visam restabelecer a lucratividade do banco nos exercícios futuros, permitindo a realização dos créditos tributários diferidos registrados em balanço – principalmente aqueles relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. Como reflexo dessas iniciativas, já se observa melhora gradual no desempenho operacional, com redução dos resultados negativos em comparação a períodos anteriores.

O banco entende que, com a implementação consistente desse plano, os lucros futuros serão suficientes para absorver os créditos tributários conforme previsto na legislação fiscal vigente e nas normas contábeis aplicáveis.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. Essas práticas compreendem as disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), e suas alterações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF), normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo próprio Bacen e, quando aplicável, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados por meio de atos normativos específicos. Na elaboração das demonstrações financeiras, certos valores são registrados por estimativa as quais são estabelecidas com a aplicação de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões para perdas sobre títulos e valores mobiliários, provisões judiciais, entre outros. A Administração do Banco revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração. O Banco optou por adotar a disposição prevista no Art. 79, da Resolução 4.966/21, e suas alterações posteriores, o qual permite às instituições não apresentarem informações comparativas de períodos anteriores em decorrência das mudanças introduzidas na classificação, mensuração e contabilização de perdas de crédito esperadas aplicáveis a instrumentos financeiros. Essa escolha visa proporcionar uma melhor análise da evolução patrimonial e financeira do Banco, permitindo uma avaliação mais clara e consistente de seu desempenho ao longo do tempo. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, independentemente do recebimento ou desembolso financeiro. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos

interfinanceiros, cujo prazo das operações na data efetiva da sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo. **c. Títulos e valores mobiliários:** A Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.966/21 trata do processo de classificação dos instrumentos financeiros incorporando a avaliação sobre o modelo de negócios da instituição no qual os instrumentos estão inseridos, bem como, se esse instrumento atende ou não aos critérios de "somente pagamento de principal e juros" (SPPJ). Esses dois passos são fundamentais na avaliação quanto à classificação do instrumento e consequentemente na sua forma de mensuração. (i) Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas que observa as diretrizes da Resolução BCB nº 4.966/2021. A Resolução, por sua vez, define os princípios contábeis que orientam as instituições financeiras na mensuração e classificação desses ativos. Contudo, a forma como esses critérios são aplicados estão de acordo com a política interna do Banco, a qual reflete as estratégias de gestão de ativos e a avaliação de risco classificadas em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **Valor justo no resultado (VJR)** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria estão sendo apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento; (ii) **Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)** - Que não se enquadram como para VJR nem como CA, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; (iii) **Custo amortizado (CA)** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **d. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de "swaps" são contabilizados em conta de ativo e/ou passivo, respectivamente, apropriado como receita e/ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício. As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação. A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A.-Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

i. Política de utilização: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação com o objetivo de proteção (*hedge*) contra riscos de mercado que decorram, principalmente, das flutuações das taxas de juros e câmbio. Para fins de "*hedge accounting*", a efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*, conforme detalhado na nota explicativa nº 7.e. **ii. Gerenciamento:** O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por taxas de juros locais, prefixada e dólar.

iii. Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado: Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Banco utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 S.A. Os instrumentos financeiros derivativos são segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento e os valores de mercado. **e. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são registradas pelo valor originalmente concedido, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, conforme detalhado na nota explicativa 8.a (i). Para as operações com atraso superior a 90 dias, o reconhecimento no resultado é realizado apenas quando ocorre o efetivo recebimento. No entanto, mesmo para instrumentos financeiros com atraso inferior a esse prazo, caso haja evidência de deterioração significativa na capacidade financeira da contraparte de cumprir suas obrigações nas condições pactuadas, o Banco os classifica como ativos problemáticos. As classificações

Demonstração do Resultado Abrangente

Para o Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º sem/2025	31/12/2025
Atividades Operacionais			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido semestre		23.081	41.611
Depreciações e amortizações		253	490
Reversão/(Provisão) não associados ao risco de crédito	27	(243)	(427)
Varição cambial	29	4.798	(213.429)
Provisão para perdas esperadas associadas a carteira de crédito	8.c	2.473	3.613
Provisão para perdas esperadas associadas a carteira de TVM	6.c	(1.072)	(823)
Provisão para perdas esperadas associadas a carteira de interfinanceiras de liquidez	5.b	229	229
Lucro líquido ajustado		29.519	(168.736)
Varição de ativos e passivos:		40.738	354.522
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		20.963	386.751
(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências	(336)	(655)	(130.216)
(Aumento) em operações de crédito	(130.216)	(189.933)	—
(Aumento)/Redução em outros ativos financeiros		—	1.294
(Aumento)/Redução em outros ativos		10.059	19.654
Aumento/(Redução) em depósitos		(25.992)	6.341
Aumento/(Redução) em outros passivos financeiros		(50)	(1.399)
Aumento/(Redução) em outros passivos		24.102	50.964
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.000)	(39.248)
Redução/(Aumento) em obrigações por empréstimos e repasses		69.176	42.721
Redução/(Aumento) em obrigações operações compromissadas		78.032	78.032
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		70.257	185.786
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de uso		(957)	(983)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(957)	(983)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Liquidação em obrigações por recursos externos		(3.054.079)	(5.779.796)
Captação em obrigações por recursos externos		3.062.564	5.654.448
Juros Pagos em obrigações por recursos externos		(51.203)	(117.177)
Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades de financiamento	13.b	(42.718)	(242.525)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		26.582	(57.722)
Caixa e equivalentes de caixa no início do Semestre/Exercício		119.639	203.943
Caixa e equivalentes de caixa no final do Semestre/Exercício		146.221	146.221
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		26.582	(57.722)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais - R\$)

de risco seguem a avaliação de crédito individualizada de cada operação, com base no perfil do cliente, nas condições econômicas vigentes, na experiência histórica e nos riscos específicos relacionados à operação, aos devedores e garantidores. Esses critérios são aplicados em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e pela Resolução BCB nº 352/23, que exigem análise periódica da carteira, conforme detalhado na nota explicativa 8.a(iv). Por ser uma instituição enquadrada no Segmento S4, o Banco adotou o modelo simplificado. Assim, para fins de apuração dos níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a Resolução BCB nº 352/23 determina a segregação das operações em diferentes carteiras. No caso dos ativos financeiros inadimplidos, aplica-se o Anexo I da Resolução BCB nº 352/2023, com o objetivo de constituir provisões suficientes para cobrir integralmente a perda esperada. Para os ativos financeiros adimplidos, utiliza-se o Anexo II da mesma Resolução, assegurando a constituição dos montantes mínimos requeridos pela norma. A Lei nº 14.467/22, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Referida norma estabelece critérios e condições para a dedutibilidade, na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), das perdas oriundas de operações de crédito consideradas inadimplidas, em especial aquelas cujo atraso seja superior a 90 (noventa) dias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco avaliou os contratos de crédito em carteira e verificou que não havia operações inadimplidas acima de 90 (noventa) dias que pudessem se enquadrar no escopo da Lei nº 14.467/22. Dessa forma, não houve efeitos tributários decorrentes da aplicação da referida lei nas demonstrações financeiras do período. **f. Operações em moeda estrangeira:** As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período. **g. Imobilizado e Intangível:** Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados e veículos e 10% a.a. para os demais itens. De acordo com a Resolução nº 4.535/16 do Bacen, o imobilizado de uso são registrados os bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das suas atividades ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, obedecendo os critérios da Resolução nº 4.534/16, do Bacen, e alterações posteriores. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos. **h. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **i. Depósitos e letras cambiais:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia. **j. Imposto de renda e contribuição social - Corrente e Diferido:** O imposto de renda é calculado à alíquota vigente de 15%, com um adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente R\$ 240 mil para o exercício, e a contribuição social pela alíquota de 20% ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. Os ativos e passivos fiscais diferidos são constituídos pelas mesma alíquotas sobre as adições temporárias dedutíveis quando de sua constituição, utilização e/ou reversão das respectivas adições. Os ativos e passivos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **k. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para riscos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e Instrução Normativa BCB nº 319/2022 do Banco Central do Brasil, obedecendo aos seguintes critérios: **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Passivos contingentes** - São classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação. **Provisão para passivos contingentes** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma obrigação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - Referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente. **l. Resultado Recorrente e não recorrente:** Conforme disposto na Resolução BCB nº 2, de 12/08/2020, o Banco KDB do Brasil S.A. classifica o resultado recorrente e não recorrente, em notas explicativas, de acordo com a política contábil aprovada pela diretoria. Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades não usuais do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades regulares e habituais do Banco e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados efeitos classificados como resultado não recorrente. Assim, todo o resultado do período refere-se exclusivamente a atividades recorrentes.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2025
Disponibilidades	7.036
Aplicações em operações compromissadas (i)	127.142
Aplicações em moeda estrangeira	12.043
Total	146.221

(i) Referem-se as operações com títulos públicos com cláusula de liquidez imediata, apresentadas na nota explicativa 5.

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUEZ

a. Aplicações no mercado aberto - Custo amortizado:

Ativos financeiros	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Após 360 dias	31/12/2025
Posição Bancada				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	72.125	-	-	72.125
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	55.017	-	-	55.017
Depósitos interfinanceiros no exterior - USD (Certificate of Deposit)	12.043	-	-	12.043
Total	139.185	-	-	139.185
Circulante	139.185	-	-	139.185
Não Circulante	-	-	-	-

b. Perda de crédito esperada para Aplicações Interfinanceiras de Liquez:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	2º semestre/2025	Exercício/2025	Saldo em 31/12/2025
Aplicações Interfinanceiras	-	(229)	(229)	(229)
Total	-	(229)	(229)	(229)

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Apresentamos a seguir a composição da carteira de títulos, por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento, ajustados aos respectivos valores de mercado:

a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários:

Descrição	31/12/2025
Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	1.747.757
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.162.705
Letras do Tesouro Nacional - LTN	455.161
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (ii)	129.891
Custo Amortizado	545.098
Debêntures	67.885
LF - Letra Financeira	228.274
Aplicações em Títulos no Exterior (i)	248.939
Total	2.292.855
Circulante	202.156
Não Circulante	2.090.699

(i) As aplicações em títulos no exterior são compostas por títulos adquiridos no mercado secundário financeiro do exterior, no montante de R\$ 248.939 com vencimento em até 5 anos. (ii) Referem-se à prestação de garantias em operações com derivativos e câmbio, registradas na B3. Tais ativos encontram-se indisponíveis para movimentação, uma vez que permanecem bloqueados no sistema de liquidação, sendo compostos por Letras Financeiras do Tesouro no montante de R\$ 129.891. O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos de renda fixa foi apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgados pela ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e os títulos privados estão custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Os títulos no exterior estão custodiados na Euroclear pelo Banco KDB London. O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos foi apurado com base no preço dos títulos, divulgados pela Bloomberg. **b. Classificação por categorias e prazos:**

Descrição	31/12/2025			
	Sem vencimento até 360 dias	Acima 360 dias	Valor de mercado	Valor de custo
Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes				
Letras do Tesouro Nacional (LTN) (i)	25.771	429.390	455.161	454.376
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (i)	-	1.292.596	1.292.596	1.290.532
Custo Amortizado				
Debênture (ii)	20.704	47.181	67.885	67.885
Letra Financeira - LF	155.681	72.593	228.274	228.274
Aplicações em Títulos no Exterior (iv)	-	248.939	248.939	248.939
Total	202.156	2.090.699	2.292.855	2.290.006

(i) O valor de mercado dos Títulos Públicos, Títulos e Valores Mobiliários e Cotas de Fundos, foram apurados com base em cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes. Portanto, classificados como Nível 1. (ii) É um investimento remunerado a taxa pós-fixada à 100% do CDI mais um spread limitado a 1,25% e 1,45% na primeira e segunda série, respectivamente, e não existe exposição em relação a possíveis volatilidades. (iii) Em 31 de dezembro de 2025, foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos valor justo em outros resultados abrangentes, no montante líquido de R\$ (1.567), os quais foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. (iv) Referem-se a títulos mantidos no exterior, distribuídos em três países - Inglaterra, Estados Unidos e Coreia do Sul -, pelos seguintes valores e respectivas taxas de remuneração: • USD 10.000, à taxa de 4,74%; • USD 8.000, à taxa de 4,71%; • USD 15.000, à taxa de 2,93%; • USD 12.000, à taxa de 5,15%.

c. Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros - Títulos Privados:

Descrição	Constituição				Saldo em 31/12/2025
	Provisão Inicial	Ajuste - NE 30	Movimentação 2º sem-2025	Exercício	
LF - Letra Financeira	(998)	(1.430)	(930)	(774)	(3.202)
International Bonds	-	(4.028)	383	(702)	(4.730)
Debêntures	(795)	(2.794)	1.619	2.299	(1.290)
Total	(1.793)	(8.252)	1.072	823	(9.222)

d. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Títulos de renda fixa	162.246	316.116
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.659	19.545
Títulos e valores mobiliários no exterior (i)	7.138	(15.043)
Total	178.043	320.618

(i) Referem-se aos contratos de Aplicações em títulos no exterior que possuem cláusula de variação cambial. Em 31 de Dezembro de 2025, a desvalorização do dólar gerou impacto negativo no saldo da carteira, resultando em redução no valor contábil dessas aplicações.

e. Resultado de operações com câmbio:

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Resultado de operações câmbio	33.639	32.113
Total	33.639	32.113

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a um swap cambial, no qual o Banco KDB recebe uma taxa fixa em USD e paga uma taxa flutuante atrelada ao CDI. Todas as condições da ponta em USD são idênticas às do empréstimo captado no exterior - incluindo valor notional, taxa fixa, prazo, convenções de contagem de dias, data de início e data de vencimento. Para a apuração, considerou-se a taxa média do USD de R\$ 3,9292 e a taxa média do CDI de 94,33 no período. O Banco KDB do Brasil realiza captação de recursos com The Korea Development Bank em moeda estrangeira (USD) com o principal objetivo de investir em títulos brasileiros (Títulos Públicos ou Títulos Privados) no mercado local. Para investir no mercado local é necessário a realização da conversão da moeda estrangeira (USD) para a nacional (BRL) e, portanto, existe a ocorrência de uma exposição externa, para compensar essa exposição a estratégia adotada é realizar operações com Instrumentos Financeiros derivativos. **Críticos de avaliação e mensuração:** Os Instrumentos Financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do KDB, na data de início da operação, e sua finalidade é realizar a proteção contra risco (Hedge), e são classificados como hedge de acordo com sua natureza. Hedge de Risco de Mercado: os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos Instrumentos Financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes variações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2025, as posições dos instrumentos financeiros derivativos com estratégia para hedge foram as seguintes:

a) Valores de diferencial a receber e a pagar:

Descrição	31/12/2025			
	Valor referencial	Valor custo	Valor mercado	Ajuste diferencial
Swap - diferencial a receber	524.900	7.275	6.922	(353)
Swap - diferencial a pagar	813.526	(52.690)	(53.610)	(920)
Total Instrumento Derivativo	1.338.426	(45.415)	(46.688)	(1.273)

b) Composição do valor de referência por vencimento:

Descrição	31/12/2025		
	Até 360 dias	Acima 360 dias	Total
Swap	963.420	375.006	1.338.426
Total	963.420	375.006	1.338.426

c) Composição por indexador:

Descrição	31/12/2025		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Operações de Swap/Câmbio	6.922	(53.610)	1.338.426
Posição DOL x DI	6.922	(53.610)	1.338.426
Total	6.922	(53.610)	1.338.426

d) Valor de referência por local de negociação:

Descrição	31/12/2025		
	Balcão (B3 S.A.)	Operações de swap	Total
Operações de swap	-	1.338.426	1.338.426
Total	-	1.338.426	1.338.426

e) Hedge accounting: As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BCB nº 3.082/2002. Deve haver a correlação negativa entre as variações de valor de mercado ou de fluxo de caixa do objeto de hedge e do instrumento de hedge, num intervalo entre 80% (oitenta por cento) e 125% (cento e vinte e cinco por cento), conforme quadro abaixo a variação apresentada foi de 100%.

Instrumentos Financeiros

Posição Ativa - Swaps (7.a)

Swap - Dólar (1)

Valor exposição	1.338.426
Valor curva	1.312.861
Valor mercado	1.308.026
Efeito no resultado	(4.835)

Instrumentos Financeiros

Posição Passiva

Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira (1)

Valor exposição	1.338.426
Valor custo	1.324.868
Valor mercado	1.320.034
Efeito no resultado	(4.834)
Variação	100,00%

(i) Utilizado como proteção da operação de captação no exterior (Nota 13). Os instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial de balanço em 31/12/2025 estão demonstrados nas tabelas abaixo:

Instrumento de hedge	Item objeto de hedge	Notional USD	Valor referência	Parcela efetiva
Swap - DOL X DI	Obrigações Empréstimos	-	-	-
	Dívida em USD	235.000	1.338.426	4.834
Total		235.000	1.338.426	4.834

f) Ganhos e Perdas Líquidas - Operações com Derivativos:

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Renda de Operações de Swap	33.615	109.655
Despesa de Operações de Swap	(83.004)	(436.538)
Renda de Operações de Câmbio	-	859
Despesa de Operações de Câmbio	(859)	(859)
Saldo final	(50.248)	(326.883)

8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição da carteira por tipo de operação: i. Classificação de Instrumentos Financeiros:

Descrição	31/12/2025
A Custo Amortizado (CA)	
Operações de crédito	228.937
Empréstimos	173.146
Financiamentos	55.791
Operações com Características de Concessão de Crédito	287.212
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	287.212
Total	516.149

ii. Reclassificação dos Instrumentos Financeiros: Em atendimento ao disposto no Art. 90, VI, "a" e "b", da Resolução BCB nº 352, de 2023, informamos que, durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não foram realizadas reclassificações entre categorias de operações de crédito. As operações de crédito permanecem integralmente classificadas e mensuradas ao custo amortizado, não havendo, portanto, efeitos a serem apresentados nas demonstrações financeiras decorrentes de reclassificações.

iii. Vencimentos - Crédito e operações com característica de concessão de crédito

Descrição	31/12/2025
Parcelas a vencer até 90 dias	197.982
Parcelas a vencer de 91 a 360 dias	178.094
Parcelas a vencer acima de 360 dias	140.073
Total	516.149

b. Operações renegociadas: De acordo com o disposto no Art. 90, IX, "a", da Resolução BCB nº 352, de 2023, informamos que, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, o Banco efetuou renegociações de instrumentos financeiros, detalhadas no quadro a seguir. Tais renegociações limitaram-se à extensão dos prazos de vencimento, sem alterações relevantes nos demais termos contratuais. Em razão da natureza dessas operações, restritas à prorrogação dos prazos, não houve reconhecimento de ganhos ou perdas no resultado do período decorrentes dessas renegociações.

Descrição	31/12/2025
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	258.185
Empréstimos	55.791
Total	313.976

c. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A movimentação da provisão para perdas com operações de créditos é assim resumida:

Descrição	Constituição		Movimentação		Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Provisão Inicial - NE 30	Ajuste sem-2025	Exercício	
Empréstimos	(404)	(1.750)	(859)	(1.140)	(3.294)
Financiamentos	-	(1.455)	(20)	395	(1.060)
Adiantamento contratos de câmbio	(310)	(2.279)	(1.594)	(2.868)	(5.457)
Totais	(714)	(5.484)	(2.473)	(3.613)	(9.811)

d. Ganhos e Perdas Líquidas - Crédito operações com característica de concessão de crédito:

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Renda de Operações de Crédito	13.336	21.663
Resultado de Variação Cambial (i)	(20.959)	(61.023)
Total	(7.623)	(39.360)

(i) Referem-se aos contratos de operações de crédito que possuem cláusula de variação cambial. Em 31 de Dezembro de 2025, a desvalorização do dólar gerou impacto negativo no saldo da carteira, resultando em redução no valor contábil dessas operações.

9 OUTROS ATIVOS

Descrição	31/12/2025
Depósitos para caução de aluguel	524
Adiantamentos e antecipações salariais	134
Depósitos judiciais	50
Despesas antecipadas	65
Outros	7
Total	780
Circulante	206
Não Circulante	574

10 ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

a. Ativos Fiscais Diferidos:

Descrição	Valor - Base	IRPJ	CSLL	Total
Provisões para Operações de Crédito	10.328	2.582	2.066	4.648
Provisões Passivas de Outras	1.263	316	253	569
Ajuste Fiscal 4966	8.934	2.233	1.787	4.020
Prejuízo fiscal/base negativa	95.304	23.826	19.060	42.886
Total	115.829	28.957	23.166	52.123

b. Passivos Fiscais Diferidos:

Descrição	Valor - Base	IRPJ	CSLL	Total
Ajuste de títulos disponíveis para venda	2.850	712	570	1.282
Provisão para ajuste negativo de MTM de Derivativos	2.394	598	479	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais - R\$)

14 CARTEIRA DE CRÉDITO

a. Outros Passivos Financeiros:

Descrição	31/12/2025
Rendas Antecipadas	130
Total	130
Circulante	130
Não Circulante	—

15 OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

Descrição	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre o lucro	36.789
Impostos e contribuições sobre salários	1.003
Provisão para impostos - PIS, COFINS e ISS	467
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	45
Total	38.304
Circulante	38.304
Não Circulante	—

16 PROVISÕES

Descrição	31/12/2025
Provisão a pagar sobre outras despesas administrativas	438
Provisão a pagar sobre 13º salário, férias e encargos	642
Provisão Passivos Trabalhistas (NE.18)	24
Provisão a pagar sobre outros	726
Total	1.830
Circulante	1.806
Não Circulante	24

17 OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2025
Sociais e estatutários	518
Total	518
Circulante	518
Não Circulante	—

18 PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco KDB possui processos avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de Risco provável, no montante de R\$ 24, assim distribuídos: i. Trabalhistas R\$ 24; E os processos avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de Risco possível, no montante de R\$ 369, assim distribuídos: ii. Tributárias R\$ 369; iii. Trabalhistas R\$ 0; Nenhuma provisão foi constituída para estes processos, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

O quadro abaixo apresenta a apuração dos impostos referentes ao semestre e exercício findos em 31 de Dezembro de 2025:

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Resultado antes da tributação e sobre o lucro e participações	56.595	110.523
- Resultado sobre participações no lucro	(798)	(1.258)
- Despesas indutíveis	16.932	33.966
- Despesas temporárias	13.860	25.458
- Exclusões	(15.458)	(23.211)
Resultado da base ajustada do imposto de renda e contribuição social	71.131	145.478
Resultado de imposto de renda e da contribuição social	32.716	67.654
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	(21.339)	(43.643)
Reversão de imposto de renda e da contribuição social - Diferido sobre prejuízos - Ne. 10.c	(9.603)	(20.607)
Resultado de imposto de renda e contribuição social - Diferido sobre adições e exclusões temporárias - Ne. 10.c	(719)	1.012

O total de prejuízo fiscal de imposto de renda e bases negativas de contribuição social em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 95.304. Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

20 PARTES RELACIONADAS

a. **Partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas estão representadas por:

Operações	Grau de relação	Ativo / Receitas / (Passivo) / (Despesas)
Depósitos à prazo (NE.12)		170.707
Obrigações por empréstimos e repasses (NE.13)	Controlador (2.083.181)	170.707

b. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 7.400, a qual é considerada benefício de curto prazo.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. **Capital social:** O capital social, que está totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 552.891 em 31 de dezembro de 2025. A seguir, apresentamos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações), que não possuem valor nominal.

Composição do Capital Social em quantidade de ações	31/12/2025
Ordinárias	552.891
Total	552.891

b. **Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Atualmente, o Banco não distribui dividendos e não constitui o montante de reserva legal, pois destina 100% do lucro líquido do exercício para absorção de prejuízos acumulados.

22 GERENCIAMENTO DE RISCO

Estratégias e parâmetros para o gerenciamento de riscos e atuação no mercado: O Banco possui área específica e independente das linhas de negócio que é responsável pela mensuração, monitoramento e reporte dos principais riscos de mercado incorridos pela Instituição. O Banco realiza hedge de operações de clientes e de posições próprias, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de hedges. Nas situações em que essas operações se configuram como hedge contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de hedge contábil e econômico são regidos por políticas internas. A Gestão de Riscos no Banco KDB do Brasil S.A. conta com quatro frentes de atuação: Gestão de risco de mercado, operacional, liquidez e crédito. A gestão de risco é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio do Banco, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas: **a. Risco de mercado** - A Gestão de riscos de mercado implica no monitoramento e a revisão da exposição à variação cambial e taxas de juros relacionada às atividades de transferência de valores, por aprovar contrapartes, designar taxas de risco internas e estabelecer limites de remessas. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas

com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua. **b. Posições de instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de riscos:** O Banco apresenta três cenários de simulações sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de *hedge*, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. Essa análise incluiu simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir: Situação considerada provável pela Administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade. 1 - Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros). 2 - Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros). **I - Demonstrativo de Posições:** Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2025 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

Operação/Carteira protegida	Valor de referência			
	Risco	Financeiro derivativo	Valor Ativo	Valor Passivo
Hedge Cambial	Câmbio	1.338.426	1.356.889	1.403.577 (46.688)

Operação	Risco	MTM			
		Exposição Líquida	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
Hedge Cambial	Derivativo (risco queda US\$)	1.356.889	13.569	339.222	678.445
Dívida em moeda estrangeira	Dívida (risco aumento US\$)	(1.403.577)	(14.036)	(350.894)	(701.789)
Total	Efeito Líquido	(46.688)	(467)	(11.672)	(23.344)

Item objeto de Hedge	Valor de referência		Valor	
	Valor Justo no Resultado	Risco	Valor Curva	Valor MTM
Obrigações por empréstimos no exterior	Câmbio	1.338.426	1.324.868	1.320.034 4.834

c. Risco operacional - A natureza dos negócios do Banco KDB do Brasil S.A. é caracterizada por um pequeno número de operações diárias e depende de seus sistemas de processamento de dados e de tecnologias operacionais. A Gestão de risco operacional é uma importante ferramenta utilizada para sustentar e não interromper as operações em curso, assegurando a continuidade das atividades ainda que em situações adversas. **d. Risco de liquidez** - É gerenciado de forma a manter a capacidade de liquidação das obrigações por pagamentos e retenção de ativos de alta qualidade e liquidez contra situações de crise e, portanto, estabelecer uma estrutura sólida tanto financeira quanto operacional. O Banco KDB do Brasil S.A. administra o risco de liquidez utilizando vários métodos tais como: descasamento de vencimentos, *stress tests* e etc. **e. Risco de crédito** - Entende-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O Banco KDB do Brasil S.A. está preparado para identificar, mensurar, controlar e definir ações para mitigação dos riscos associados aos créditos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

23 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência ("PR") compatível com os riscos de suas atividades, sendo que o limite mínimo requerido é de 10,5%. O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.958/21 e suas alterações da Resolução BCB Nº 229/22 que revogou a Circular 3.644/13 instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência - PR, e entram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Esse índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025
Patrimônio de Referência Nível I	485.101
Capital Principal	485.101
Patrimônio Líquido	527.993
(-) Ajustes Prudenciais	(42.892)
Patrimônio de Referência - PR	485.101
Ativo Ponderado pelo Risco - RWA	1.149.092
Risco de crédito	876.616
Risco de mercado	11.104
Risco operacional	261.372
Índice da Basileia	42,22%

O Banco KDB do Brasil S.A., de acordo com a Circular nº 3.930/19, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência. O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no site do Banco.

24 DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Pró-labore diretoria	(3.443)	(7.443)
Proventos	(3.164)	(5.823)
Benefícios e treinamento	(713)	(1.477)
Encargos sociais	(1.079)	(1.994)
Remuneração de estagiários	(5)	(15)
Total	(8.404)	(16.752)

25 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Aluguéis	(986)	(1.619)
Serviços do sistema financeiro	(1.341)	(2.412)
Processamento de dados	(919)	(1.825)
Comunicações	(206)	(497)
Serviços técnicos especializados (i)	(391)	(635)
Condomínio	(186)	(372)
Viagens	(168)	(383)
Depreciação e amortização	(253)	(492)
Serviços de terceiros	(2)	(12)
Propaganda, promoções e publicidade	(142)	(325)
Manutenção e conservação de bens	(59)	(107)
Materiais	(46)	(99)
Transportes	(22)	(76)
Água, energia e gás	(24)	(44)
Seguros	(18)	(35)
Taxas e emolumentos	(1)	(2)
Serviços de vigilância e segurança	(5)	(10)
Outras	(139)	(302)
Total	(4.908)	(9.247)

(i) Os valores pagos referentes aos honorários de auditoria para o segundo semestre de 2025 é de R\$ 141 A BDO não presta outros serviços que não os de auditoria para a KDB do Brasil S.A.

26 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Contribuição à COFINS	(2.855)	(5.866)
Contribuição ao PIS	(464)	(953)
Imposto sobre serviços - ISS	(105)	(195)
Impostos municipais e outros	(75)	(2.009)
Total	(3.499)	(9.023)

27 PROVISÕES/REVERSÃO

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Provisão de contingências trabalhistas	(2)	(3)
Reversão de provisão PLR	—	448
Provisão/(Reversão) de provisão fundos de investimentos	245	(18)
Total	243	427

28 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Outras Despesas Operacionais	(446)	(447)
Total	(446)	(447)

29 VARIAÇÃO CAMBIAL

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Variação Cambial Carteira Ativa - Operações de empréstimo	3.608	(36.456)
Variação Cambial Carteira Ativa - Títulos Valores Mobiliários	1.952	(26.075)
Variação Cambial Carteira Ativa - Disponibilidades	9.263	7.709
Variação Cambial Carteira Ativa - Outros Ativos Financeiros	1	1
Variação Cambial Carteira Passiva - Outros Passivos Financeiros	(192)	(164)
Variação Cambial Carteira Passiva - Obrigações por empréstimos e Repasses	(19.430)	268.414
Total	(4.798)	213.429

30 OUTROS ASSUNTOS - IMPACTOS CONTÁBEIS RESOLUÇÃO 4.966/21

A Resolução CMN nº 4.966/21, e alterações posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais. A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciamento de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas. Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 foram estudadas pela Companhia tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN nº 2.682/99 que dispôs sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Companhia, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos. A transição para a Resolução CMN nº 4.966/2021 acarretou, redução não superior a 1,54% do patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Abaixo o quadro resumo com os principais impactos com a transição da norma:

Ajustes Resolução CMN nº 4.966/21	Valor Bruto	Efeito Fiscal	% Patrimônio Líquido
Perda de crédito esperada para operações de crédito - Empréstimos NE 8.c	(5.484)	2.468	(3,016)
Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros - Títulos Privados NE 6.c	(6.252)	3.714	(4,539)
Total	(13.736)	6.182	(7,555)

31 EVENTOS SUBSEQUENTES

Medidas Econômicas, Fiscais e Tributárias: Após o encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2025 e até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a Administração avaliou os principais eventos subsequentes que poderiam impactar a posição patrimonial e financeira da instituição. Nesse período, destacam-se as seguintes atualizações no ambiente regulatório e econômico: **1. Reforma Tributária - Implementação do IBS e CBS (EC 132/2023):** O governo iniciou em 2025 os procedimentos preparatórios para a implementação da reforma tributária, aprovada em 2023 por meio da Emenda Constitucional nº 132. Entre os avanços: Aprovação de leis complementares regulamentando o novo modelo de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS); Definição do período de transição entre 2026 e 2032; Testes e simulações de impactos setoriais, inclusive sobre serviços financeiros. **Impactos diretos no Banco KDB:** ✓ Adaptação de sistemas internos para apuração e recolhimento do IBS e CBS sobre receitas financeiras; ✓ Aumento da carga tributária efetiva para alguns tipos de operação, especialmente de crédito e intermediação financeira; ✓ Necessidade de revisão de preços, produtos e contratos de longo prazo. **2. Ambiente Econômico e Financeiro:** No primeiro trimestre de 2026, o ambiente econômico brasileiro manteve características semelhantes às observadas ao longo de 2025, com continuidade das condições monetárias restritivas e volatilidade moderada nos mercados financeiros. A Administração acompanha regularmente os indicadores econômicos e financeiros que possam afetar o ambiente de atuação da instituição. Até a data de autorização destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que indiquem impactos relevantes nas operações ou na posição financeira do Banco. **3. Redução de Incentivos e Benefícios tributários:** Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224, que estabelece a redução e a revisão dos incentivos e benefícios tributários federais, com o objetivo de aprimorar a governança fiscal e limitar a renúncia de receitas da União. A referida legislação introduz um mecanismo de redução linear de determinados benefícios tributários, incluindo aqueles relacionados ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com efeitos a partir de 2026, conforme regulamentação aplicável. A Administração vem acompanhando a evolução da regulamentação e avaliando os potenciais efeitos dessa legislação sobre suas operações e posição fiscal. **Impactos diretos no Banco KDB:** ✓ Possível alteração na carga tributária efetiva do Banco, em função da redução de benefícios fiscais atualmente aplicáveis; ✓ Possível impacto na apuração do imposto de renda e da contribuição social corrente e diferidos; ✓ Possível efeitos na realização de créditos tributários; e necessidade de revisão de premissas utilizadas em projeções financeiras e testes de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos.

	Diretoria
	Dongjoo Lee - Presidente
	Chulki Park - Diretor
	Contadora
	Roberta Gonçalves Marques da Silva - CRC 1SP 294780/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores do Banco KDB do Brasil S.A. São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco KDB do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco KDB do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, o Banco mantém operações e transações relevantes com partes relacionadas. Caso estas operações fossem realizadas com terceiros ou partes independentes, os resultados alcançados poderiam ser diferentes daqueles apresentados naquelas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Demonstrações financeiras comparativas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20, as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e na Resolução BCB nº 352, do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores:**

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, os quais emitiram seu relatório em 27 de março de 2025, sem modificação de opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de

fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planej